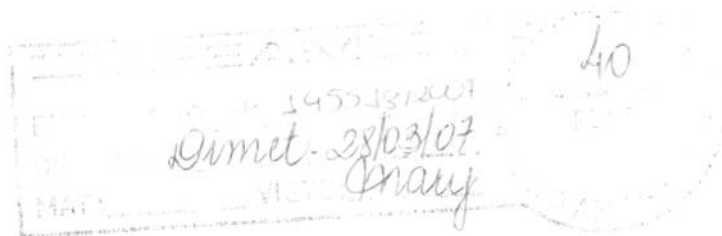


feam**FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE****Parecer Técnico DIMET 053/2007
Processo COPAM: 429/1999/006/2003****PARECER TÉCNICO****Empreendedor: CAL OESTE LTDA****Empreendimento:****Atividade: Fabricação de cal****Classe/Porte: Pequeno****Localização:****Endereço: Caixa Postal 289 – 35.578-000****Município: Córrego Fundo/MG****Referência: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO Nº 603/2003****Infração: Grave****1 - INTRODUÇÃO**

Este Parecer Técnico refere-se ao Auto de Infração nº 603/2003, lavrado contra a: CAL OESTE LTDA em 18.08.2003. A empresa foi autuada pela infração grave: "instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou pelos Órgãos Seccionais de Apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental".

A empresa, localizada no endereço supracitado, na cidade de Córrego Fundo /MG, desenvolve a atividade de fabricação de cal, em fornos de calcinação, além do beneficiamento do calcário e cal virgem.

Baseado na vistoria realizada em 13/08/2003, foi lavrado o auto de infração nº 603/2003 em 18.08.2003, por estar a mesma em desacordo com o estabelecido no cap 6, art. nº 19, § 2º, item 1, do Decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002.

| | | | |
|---|---|---|--|
| Divisão de Indústria Metalúrgica e de Minerais Não Metálicos – DIMET | | Diretoria de Licenciamento de Atividades Industriais e Minerárias - DIRIM | |
| Autores: Jorge Homero Penalva da Silva Livia Afonso Moura (estagiária) | Gerente: Angelina Maria Lanna de Moraes | Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti | |
| Assinatura: <i>Jorge Penalva</i> | Assinatura: <i>Moraes</i> | Assinatura: <i>Zuleika Torquetti</i> | |
| Data: 28/03/07 | Data: 28/03/07 | Data: 03/04/07 | |



2 - DISCUSSÃO

Trata-se de uma empresa de fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta, além do beneficiamento do calcário e da cal virgem.

Baseado na vistoria, foi lavrado o auto de infração nº 603/2003 em 18.08.2003, por instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou pelos Órgãos Seccionais de Apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental. Tal infração classifica-se como grave, tipificadas conforme item 1 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto 43.127, de 27.12.2002. A empresa foi informada em 20.08.2003 através do ofício OF. DIMET/ nº 676/2003, cujo AR encontra-se apenso no processo.

Foi elaborado o parecer técnico e jurídico, respectivamente, em 30/06/2004 e 23/08/2005. Do julgamento do parecer, decidiu-se aplicar uma multa, no valor de R\$ 9.577,43. A penalidade de multa já foi paga. Mas a empresa apresentou o pedido de reconsideração no dia 21.11.2005.

No pedido de reconsideração, a Cal Oeste alegou que de acordo com o Art. 16, inciso III do Decreto Estadual 39.424/98, os agentes dos órgãos seccionais devem "lavar de imediato o Auto de Fiscalização e o de Infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo". Alegou também que "a penalidade de multa foi imposta à Recorrente antes de qualquer outra sanção, contrariando assim o que preceitua a Lei Estadual nº 7.772/80, e seu Decreto Regulamentador nº 39.424/98". Alega, ainda, "na época dos fatos o empreendimento era considerado de pequeno porte. De acordo com a Deliberação Normativa nº 64/2003, as infrações graves cometidas por empreendimentos variam de R\$ 3.193,36 a R\$ 7.448,70. Contudo, no presente caso foi aplicada uma penalidade de multa no valor de R\$ 9.577,43".

Na defesa foram apontados fatos jurídicos, sendo que, sob o ponto de vista técnico, as alegações apresentadas pela empresa na defesa, não descaracterizam a infração cometida.

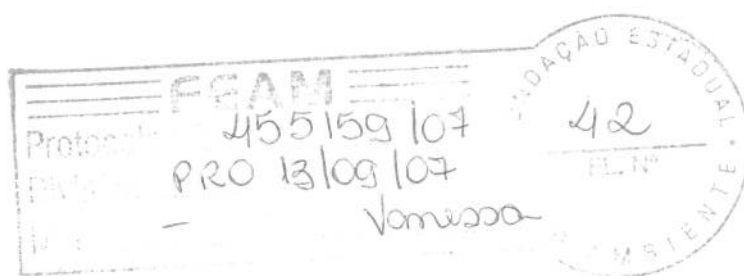
Informa-se também que em 01.09.1999 a empresa foi autuada, Auto de Infração nº 275/1999, Processo Administrativo 00429/1999/001/1999, sendo o processo arquivado.

3 - CONCLUSÃO

As alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam as infrações cometidas. Sugere-se a aplicação da penalidade de multa.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº 429/1999/006/2003
Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 603/2003
Apresentado por Cal Oeste Ltda.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – A empresa em epígrafe foi multada pelo Presidente da FEAM, em 09/09/2005, no valor de R\$ 9.577,43, pela seguinte irregularidade: *“Instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem a Licença de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental emitida através da instalação e testes do forno vertical de 80 toneladas de produção diária de cal virgem, que durante a vistoria encontrava-se implantado com equipamento de controle ambiental, fora de operação mas já submetido a testes.”*, infração tipificada como grave.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa foi devidamente notificada da decisão de aplicação da multa, através do ofício OF/COPAM/FEAM/DICOF/Nº764/2005, consoante o AR juntado aos autos. Tempestivamente, a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, alegando que:

- o AI não foi lavrado de imediato, como preconiza o inciso III do art. 3º, do Decreto 39.424/98;
- como a infração é de natureza grave, deveria ter sido aplicada uma advertência antes da penalidade de multa;
- à época da infração era tida como de pequeno porte. Contudo, o valor foi aplicado considerando a empresa como de médio porte, não podendo a mesma prevalecer.
- Requer a nulidade do AI. Caso este não seja o entendimento, pede a aplicação da penalidade de advertência. Se a multa for mantida, que seja aplicado no patamar mínimo para empreendimentos de pequeno porte que cometeram infrações graves, a conversão da multa em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental.
- Requer ainda a assinatura de Termo de Compromisso.

3 – O Parecer Técnico informa em síntese que as alegações apresentadas, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida.

4 - Do ponto de vista jurídico, o pedido de Reconsideração não apresentou alegações capazes de descaracterizar o cometimento da infração. No que se refere ao Auto de Infração, este foi lavrado corretamente. O fato de o AI ter sido lavrado em momento posterior não o torna sem efeitos de maneira alguma. O Decreto 39.424/98, no seu art. 16, inciso III determina que os agentes fiscais deverão *“lavrado de imediato o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo.”* Ou seja, não há a obrigatoriedade de lavrar o Auto de Infração no momento em que há a fiscalização. A norma dá a faculdade de lavrá-lo em momento posterior. A obrigatoriedade é de lavrar o Auto de Fiscalização imediatamente. No presente caso constata-se que todos os requisitos foram cumpridos. O Auto de Fiscalização foi lavrado de imediato, e o representante da empresa recebeu a segunda via do AF, como pode ser constatado às fls. 01.

Quanto à advertência, esclarecemos que ela é uma espécie de penalidade, e não pode ser aplicada enquanto não houver a formalização do processo. Enquanto penalidade, só pode ser aplicada após o julgamento do processo.

No presente caso, o processo foi julgado, mas a advertência não foi aplicada, pois a autuada já possuía antecedentes negativos, impedindo a aplicação da penalidade de advertência.

Quanto ao valor da multa, o mesmo foi aplicado corretamente, considerando o porte da empresa de acordo com a DN COPAM 74/04. O art. 17 desta norma, e seu inciso II determinam que:

"Art.17 - As alterações do porte e do potencial poluidor ou degradador promovidas por esta Deliberação Normativa implicam a incidência das normas pertinentes à nova classificação, desde que:

(...)

II- quanto à aplicação de multas, não tenha havido decisão administrativa definitiva;"

Como não houve decisão definitiva no presente caso, o valor foi aplicado de acordo com o porte médio.

Quanto à conversão da multa em serviços de preservação ambiental, o dispositivo ainda não pode ser aplicado, uma vez que não foi regulamentado por Deliberação Normativa do COPAM.

Vale ainda ressaltar que a assinatura de Termo de Compromisso não é cabível ao presente caso, uma vez que a infração em questão refere-se à falta de licenciamento ambiental.


II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, recomendando o **indeferimento do Pedido de Reconsideração, sendo mantida a multa aplicada anteriormente, no valor de R\$ 9.577,43.**

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2007.


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM


Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG 87.973

